

MEDIA

AR aprova lei do pluralismo e da não concentração na comunicação social

A maioria socialista aprovou na sexta-feira em votação final global a nova lei do pluralismo e da não concentração nos meios de comunicação social, com os votos contra de todas as bancadas da oposição. A proposta do Governo, aprovada na generalidade a 3 de Outubro só pela bancada do PS, impedirá o Governo, governos regionais ou autarquias de serem proprietários de órgãos de comunicação social, excepção feita ao serviço público de rádio e televisão.

«O Governo dá cumprimento a um dos objectivos do seu programa e propõe ao Parlamento que sejam finalmente aplicados os preceitos constitucionais, quando se determina ao Estado que promova a divulgação da titularidade e dos meios de financiamento dos órgãos de comunicação social, assim como a sua independência face ao poder político e impeça a concentração», apontou o ministro dos Assuntos Parlamentares a 19 de Junho, ao justificar os motivos da aprovação do diploma em Conselho de Ministros.

No que respeita à titularidade, a nova lei obriga as empresas de comunicação social a divulgarem anualmente todas as entidades a quem possam ser imputadas participações iguais ou superior a cinco por cento do capital social.

Em matéria de «independência face ao poder político», o diploma propõe que se clarifique o quadro das restrições no acesso à propriedade de órgãos de comunicação social por parte dos poderes públicos.

Nesse sentido, a lei impõe que o Estado, autarquias e governos regionais «não devem prosseguir actividades de comunicação social, excepto aquelas que se enquadram no serviço público de rádio e de televisão e da agência de notícias».

Como excepções enquadram-se também as publicações de natureza institucional que se destinam a divulgar as actividades de entidades como autarquias ou regiões, e os órgãos de natureza científica que se destinam à divulgação cultural, de educação ou de trabalhos científicos.

Nas votações regimentais que decorreram hoje ao final da manhã, a maioria socialista rejeitou ainda um projecto de resolução do Bloco de Esquerda que recomendava ao Governo «a adopção de medidas que visem combater a actual discriminação dos homossexuais e bissexuais nos serviços de recolha de sangue». Apesar do chumbo dos socialistas, o diploma contou com os votos favoráveis do PSD, PCP, BE e PEV e a abstenção da bancada do CDS-PP.

A maioria socialista rejeitou ainda, com os votos favoráveis de todas as bancadas da oposição, uma proposta de lei da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira para a criação de apoio extraordinário para as famílias com dificuldades decorrentes das responsabilidades do crédito com habitação própria permanente.

In, Briefing, BRIEFING | LUSA, 26.01.2009

ERC inicia ciclo de encontros com imprensa regional

O conselho regulador da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) inicia a partir de amanhã um ciclo de encontros com a imprensa regional de todos os distritos do país.

As reuniões, explica o organismo regulador em nota enviada às redacções, visa "proporcionar ao Conselho Regulador um melhor conhecimento das questões, dúvidas e dificuldades que se colocam à imprensa regional".

Questões de regulação da imprensa, entre as quais o direito de resposta, o rigor informativo e a publicidade comercial e institucional são alguns dos temas que irão ser debatidos com os responsáveis dos órgãos de informação regional. Os encontros começam amanhã às 10h, no Governo Civil de Leiria.

In, M&P, Ana Marcela, 26.01.2009

RDP Internacional com emissões experimentais em DRM

A partir de 31 de Janeiro a RDP Internacional vai iniciar um período de emissões experimentais usando o sistema DRM. (Digital Radio Mondiale). As emissões, em colaboração com a Deutsche Welle, cobrem o período das 9:30 às 11:00h, na frequência de 9815 kHz, informa a empresa em nota enviada às redacções.

O sistema DRM foi criado por um consórcio constituído por universidades, fabricantes de equipamento e operadores, tendo o serviço público de radiodifusão aderido ao mesmo em 2002.

O DRM permite uma emissão radiofónica de melhor qualidade sonora, próxima do FM (Frequência Modulada), para frequências de modulação de amplitude abaixo dos 30 Mhz, na qual se inclui a Onda Curta.

A RDP Internacional emite actualmente com Onda Curta Analógica para a Europa Central, África, Médio Oriente, Índia, Estados Unidos da América, Canadá, Brasil e Venezuela

In, M&P, Ana Marcela, 26.01.2009

Luís Santana: "Plano de benefício fiscal para o sector parece-me difícil de concretizar"

Mais importante que o plano de benefício fiscal para os anunciantes, é manter a obrigatoriedade do Governo publicar os anúncios da administração pública na imprensa, segundo o administrador da Cofina.

O administrador da Cofina Media, Luís Santana, admitiu no final da semana passada ao briefing que o plano de benefício fiscal para as empresas que aumentarem o investimento publicitário em 2009 deverá ser «difícil de concretizar». Se assim fosse, argumentou o executivo, todas as indústrias o reclamariam as mesmas benesses.

«[O plano de benefício fiscal para o sector] parece-me difícil de concretizar, porque todas as indústrias estariam a reclamar os mesmos benefícios», referiu ao briefing. O responsável explicou, porém, que há outras áreas em que o Governo poderá ajudar a indústria dos media, como continuar com a obrigatoriedade de publicar os anúncios da administração pública na imprensa.

«Há temas também muito importantes para o sector, como o [decreto-lei que o Governo está a ultimar] para o fim da obrigatoriedade de publicar em jornais anúncios públicos, o que irá provocar o deslocamento de verbas dos meios de comunicação social», referiu.

A oficialização desta notícia, que está prevista pelo Simplex, foi avançada no final de 2008 pelo Correio da Manhã. No entanto, e segundo informaram há dias alguns meios, o Governo terá recuado atrás nesta decisão e suspenso a medida.

Recorde-se que a possibilidade de um benefício fiscal, em matéria de IRC, às empresas que aumentarem o investimento publicitário em 2009 foi defendida em meados de Janeiro pelo CEO da Carat, André Freire de Andrade. Mais tarde, este plano foi considerado importante, entre outros, por Francisco Pinto Balsemão, presidente da Impresa.

Outros executivos do mercado, como Luís Mergulhão, do OMG, Ricardo Monteiro, da Euro RSCG, João Palmeiro, da API ou Susana de Carvalho, da JWT, também já defenderam um incentivo do Governo.

Cofina vai manter as publicações

Luís Santana reconheceu também que o início do ano tem sido «muito difícil e com muitas contrariedades», tendo no entanto realçado o «desempenho positivo, ao longo dos anos, das publicações da Cofina».

«Algumas são líderes e outras estão a lutar pela liderança», referiu. Questionado sobre a onda de encerramento de publicações um pouco por todo o mundo, e a possibilidade dela chegar à Cofina, o executivo negou. «Claro que vamos manter todas as publicações. O nosso grupo vale pelo todo, não faz sentido falar em fechar», continuou.

O executivo revelou ainda que estava satisfeito com a angariação de publicidade das revistas do grupo «até ao momento em que se começou a falar da crise».

No final do ano, a Cofina, através da Sábado, conseguiu chegar à liderança no segmento das newsmagazines. Assim, e segundo os números da Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação, a revista liderada por Miguel Pinheiro conseguiu uma circulação paga, em Outubro, de 83.602 exemplares, contra os 82.111 da Visão.

«Durante 2008 fomos líderes em vendas em banca em cinco meses e a Visão noutros cinco. O nosso objectivo era liderar e isso já conseguimos. Queremos continuar a fazer uma newsmagazine de qualidade, com uma capacidade muito grande de diferenciação e que mantenha a equipa motivada», concluiu Santana.

In Briefing, Carlos Martinho, 26.01.2009